

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

POPULAÇÃO E CIDADANIA

João Rua

Boletim Gaúcho de Geografia, 21: 65-75, ago., 1996.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38626/26356>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - ago., 1996

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

POPULAÇÃO E CIDADANIA

João Rua *

Este artigo serviu de base para a participação do autor no painel "A dinâmica da população no Brasil: o direito à cidadania" apresentado no XVI Encontro Estadual de Professores de Geografia, entre 29/05 e 01/06/96, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

A intenção é discutir novos parâmetros para os estudos de Geografia da População, tanto como disciplina em nível superior como sob a forma de unidade nos programas de ensino de 1º e 2º graus. Esta retomada parece-me necessária diante dos novos paradigmas que se apresentam para a Geografia e do pequeno impacto inovador que representam para os estudos de população.

De há muito que os estudos da população deixaram as abordagens quantitativas com relação ao crescimento e à estrutura da população, além das migrações, que eram entendidas, apenas, como movimentos (fluxos) de pessoas em busca de melhores condições de vida. Mas, até onde foram as mudanças? Até que ponto o processo de atualização dos estudos desse recorte temático tem seguido as mais recentes transformações das ciências em geral e da Geografia em particular? Numa discussão muito inicial, pretendo levantar algumas questões e apresentar algumas idéias que podem ser inseridas nos programas das universidades e nas unidades programáticas do ensino de 1º e 2º graus, guardadas todas as especificidades.

Embora a abordagem clássica da Geografia da população ainda predomine em muitos cursos de nível superior e na maioria dos livros didáticos, ela, já há alguns anos, vem sofrendo severa crítica por parte de muitos autores que, algumas vezes, sem mudanças radicais, passaram a incluir novos assuntos nesse campo de estudos.

O crescimento populacional – teorias e políticas demográficas – A unidade Crescimento da População deixou a abordagem puramente quantitativa (embora este aspecto seja, também, importante) e voltou-se para análise qualitativa em que as teorias e políticas demográficas passaram a ser enfatizadas e onde a relação entre desenvolvimento/população e, mais recentemente, incluindo, também, o meio ambiente, merece destaque.

Critica-se a visão evolucionista que tem predominado na análise das relações entre natureza, desenvolvimento e população, pela qual passou a se considerar as diferenças culturais como consequência de sucessivos retardamentos. A modernização/desenvolvimento/progresso deveria resultar, de acordo com essa visão evolucionista, na universalização da cultura própria da sociedade industrial moderna. Modernização, na ótica, agora criticada, seria sinônimo de ocidentalização, desconsiderando-se os outros tipos de culturas (LATOUCHE, 1994).

É assim, na visão evolucionista, característica da abordagem tradicional da Geografia, que tem sido percebido o crescimento populacional que se dá, com mais forte ritmo, nos países periféricos, principalmente nos não ocidentais. Predomina, nesta análise, uma visão neo-maltusiana em que se mostra uma relação linear entre crescimento demográfico e pressão sobre os recursos e na qual bastaria reduzir o crescimento das populações nos países periféricos para se minorar os efeitos do desmatamento, da erosão, da desertificação, da ameaça futura de falta de água potável, além de reduzir o número de pobres famintos no planeta – imagem sempre desagradável aos olhos bem nutridos do mundo ocidental. Com isso não se abriria a crítica necessária ao modelo ocidental de desenvolvimento (MARTINE, 1993) e não se valorizaria outros modelos societários (VERHELST, 1992). Não chegamos a nos ocupar da análise relação população/alimentos e população/renda já superadas, embora presentes em muitos livros didáticos, como base de discussão da “questão demográfica”.

Na visão neo-maltusiana, ainda muito aceita, a explicação para o “subdesenvolvimento” seria buscada no crescimento populacional responsável pela sobrecarga dos serviços governamentais – os famosos investimentos demográficos (improdutivos) em educação, saúde, saneamento, habitação, etc, que drenariam recursos dos setores “produtivos”.

Na discussão dessa teoria, nunca é demais lembrar, que não basta ter alimentos no mercado se a maior parte da população não tiver poder aquisitivo para adquiri-los. As políticas mantenedoras de preços devem ser denunciadas pois, enquanto há milhões de famintos, destroem-se estoques de alimentos ou criam-se incentivos para não plantar determinados produtos, mantendo a situação de penúria como corolário da especulação. A questão da escassez de recursos naturais como consequência do crescimento da população mundial, nunca é demais recordar, deve ser discutida no âmbito do padrão de desenvolvimento e do consumo de um número reduzido de países (os mais desenvolvidos) que, também, respondem pela maior parte da descarga poluidora da biosfera.

É fundamental que se inclua, para discussão nesta unidade, o papel das políticas oficiais explícitas ou não declaradas e seus efeitos na redução da fecundidade, aliadas à ação dos meios de comunicação, da urbanização, do novo papel que a mulher vem assumindo na organização e na execução da produção e dos serviços, etc. É sempre bom lembrar que planejamento familiar é muito diferente de controle da natalidade (identidade sempre estabelecida pela mídia e mesmo por cientistas) e que a mulher deve ser o sujeito e não, apenas, um objeto desse planejamento.

A enorme redução da fecundidade brasileira, quando se passou de cerca de seis filhos por mulher em idade fecunda, nos anos sessenta, para pouco mais de dois filhos em meados dos anos noventa, não nos ajudou a superar as sucessivas crises econômicas e o “subdesenvolvimento” já que eles se mantiveram mesmo num quadro de acelerada redução do crescimento populacional. Até mesmo a apregoada renda “per capita”, utilizada por muitos neo-maltusianos para medir o desenvolvimento, teve acentuada queda ao longo dos anos oitenta, quando a fecundidade caía drasticamente. Portanto, é necessário fazer estas relações (população/desenvolvimento/ recursos) com muito cuidado e sempre com uma ampla discussão desses conceitos, sob pena de reforçar o discurso neo-maltusiano, já incorporado ao senso comum pela mídia, e privar os alunos, dos diversos níveis, de uma reflexão fundamental para definições de escolhas pessoais e coletivas.

Todas estas questões referentes ao crescimento da população têm fortes implicações territoriais e demonstram uma importância do papel do Estado como conhecedor do “estoque” populacional através dos recenseamentos (os números são, aí, importantes); como fomentador de políticas oficiais (ou não oficiais) que facilitem alterações desse “estoque” (gestor dos fluxos naturais); e como controlador e gestor dos fluxos migratórios o que desenvolve processos de desterritorialização crescente da mão-de-obra e, ao mesmo tempo, cria novas territorializações (RAFFESTIN, 1993).

As migrações em nova perspectiva – Ao se estudar as migrações, unidade onde a renovação é menos sentida, muitos professores e autores didáticos já incorporaram o discurso histórico-estrutural (e as críticas a ele feitas) às suas análises, mas outros permanecem utilizando a visão neoclássica, insuficiente para análise de fenômeno tão complexo.

Tradicionalmente, utilizando essa visão neoclássica, liberal, tem se explicado esta mobilidade da mão-de-obra, como o direito individual de ir e vir, como uma liberdade exercida por indivíduos livres. As migrações seriam um mecanismo de ajuste destinado a eliminar os desequilíbrios entre as regiões ou os setores econômicos onde haja “excedentes” de mão-de-obra e aqueles onde haja “falta”. Seriam fluxos entre áreas. Fruto das diferenças entre as áreas, as migrações conduziriam à eliminação dessas diferenças, quer dizer, as migrações seriam resultado dos desequilíbrios socioeconômicos no espaço e, ao mesmo tempo, atuariam como fator de correção desses desequilíbrios (VAINER, 1996).

Adotar a concepção neoclássica das migrações implica, por tudo o que foi visto, deixar para segundo plano a preocupação com seu caráter histórico. As migrações aparecem, em cada momento, como decorrência inevitável do impulso individual para o deslocamento rumo a melhores condições de vida, entendidas como melhores níveis de remuneração do trabalho. Não haveria, nesta visão, problemas estruturais a gerar situações sociais que levam à migração (PÓVOA NETO, 1995). O espaço é concebido como um espaço de liberdade e a migração como o exercício dessa liberdade.

O enfoque histórico-estrutural, já escolhido como base de análise para uns poucos autores didáticos, merece, também algumas considerações e reparos. Esta corrente costuma destacar a vocação estrutural do capitalismo a um desenvolvimento desigual/desequilibrado no espaço. As diferenças campo-cidade, as desigualdades entre regiões aparecem como fatores determinantes e explicativos dos fluxos de população (VAINER, 1996). Nessa visão deve-se enfatizar que a saída de uma região é fruto de conflitos resultantes de um antagonismo entre o capital e o trabalho, conflitos que se reproduzem nos locais de chegada, já que são inerentes ao próprio capitalismo. As razões de saída (fatores de expulsão) são priorizados em relação aos fatores de atração, que nunca teriam força suficiente para tirar as pessoas de suas famílias, de seu meio social. A idéia de migrações espontâneas é fortemente combatida, enfatizando-se o direcionamento dos fluxos de acordo com as necessidades do modelo econômico, responsável pelas determinações estruturais. Para PÓVOA NETO (1995), fica em segundo plano, nesta abordagem, a questão da orientação dos fluxos migratórios. Como a ênfase é para os aspectos estruturais provocadores da expulsão nas áreas de origem, a recepção dos migrantes nas áreas de destino é enfocada mais sob o ponto de vista da adaptação do migrante a estas áreas (geralmente urbanas, e especialmente metropolitanas). O referido autor lembra, ainda, que há problemas, nessa visão, quando se trata dos estudos empíricos, ao nível do indivíduo, e que é difícil a conciliação entre os níveis macro e micro de análise. Quer dizer, é difícil a compatibilização deste enfoque socialmente contextualizado com a análise da motivação individual do migrante. O pesquisador se encontra, muitas vezes, dividido entre, por um lado, o inquérito, a observação, o trabalho de campo e, por outro lado, o entendimento dos processos sociais segundo uma perspectiva mais ampla.

Embora esta segunda abordagem (histórico estrutural) preencha, com mais propriedade, as questões referentes ao processo migratório, ainda apresenta lacunas (além daquelas apresentadas por Póvoa Neto) que, de alguma maneira, vêm sendo explicitadas, como, por exemplo, a necessidade de se dar conta dos deslocamentos e das localizações compulsórias (incompatível, também, com a abordagem neoclássica). Para VAINER (1996), há uma parcela incalculável de pessoas que hoje vêm se elevar restrições concretas a seu livre deslocamento e localização. Isto ocorre em escala mundial, onde se generalizam políticas restritivas ao ingresso de imigrantes, refugiados, repatriados etc. Basta lembrar o caso da União Européia, com o Tratado de Schengen, que reforça as fronteiras externas; com o Tratado de Dublin, que a protege contra os aspirantes ao asilo político; e com o Tratado de Trevi, que a protege contra os terroristas (BADIE e de WENDEN, 1993). Em escala nacional numerosas prefeituras dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entre outros, apresentam, de forma aberta ou velada restrições ao ingresso de imigrantes.

Deve-se demonstrar sempre a incoerência do discurso liberal/neoliberal que, ao enfatizar o livre-arbítrio e a decisão individual de migrar, esconde as razões estruturais que forçam os indivíduos à emigração; por outro lado é preciso analisar os limites da abordagem histórico-estrutural ao reduzir as migrações a um racionalismo eco-

nômico que não dá conta das migrações forçadas de natureza diversa. É VAINER (op. cit.) quem, mais uma vez, nos diz que: “Neste mundo liberal da liberdade, muitos milhões são os deslocados compulsórios, os refugiados e expatriados, os expulsos e clandestinos. Proibidos de ficar, confinados, interditados de entrar, obrigados a sair, eles nos dizem de uma outra dupla dimensão da igualdade e da liberdade sob o capital; o mundo desterritorializado e sem fronteiras de uns é o mesmo mundo territorializado e guetificado de outros. No centro dos dois mundos, organizando-os e regulando suas relações, os estados e suas múltiplas agências, mais presentes do que nunca”. Nesse sentido é necessário refletir sobre os diversos aspectos da liberdade em que a sujeição ao capital está sempre presente, tanto no que se refere ao crescimento da população onde, em muitos lugares, se impõem medidas restritivas à fecundidade, quanto no que se refere às migrações quando se restringe a permanência ou o ingresso de indivíduos em países ou regiões.

Para a Geografia, estas novas características do processo migratório revestem-se de especial importância, pois delas resultam novos desenhos espaciais.

O caráter fundamental da concentração capitalista dos tradicionais fatores de produção conduziu a uma organização social e espacial marcada pelo modelo fordista e pela mega-urbanização: grandes massas, grandes fábricas, grandes cidades, megalopolização. A social-democracia e o Welfare State permitem ver a população trabalhadora não somente como mão-de-obra, mas, também, como mercado consumidor.

As tendências atuais, marcadas pelo pós-fordismo e pelo neoliberalismo apontam para uma fragmentação e descontinuidade onde o espaço ganha novos atributos e significados. A desindustrialização, o desemprego tecnológico, a desmetropolização e a “dissolução” da metrópole (SANTOS, 1993) indicam novas características para as migrações. Os impasses do processo migratório marcam as relações internacionais; no Brasil, as migrações de longa distância (Nordeste/Sudeste, Nordeste/Amazônia e Sul/Amazônia) passam a ser superadas pelas migrações de curta distância (intrarregionais). Estas alterações implicam em explicações de caráter econômico, político, social/cultural, não abrangidas pelas análises tradicionais.

População e cidadania: para onde vai o trabalhador? – Talvez o sub-tema dos estudos de população que menos avançou em termos de atualização das suas preocupações, seja o que, tradicionalmente, ficou conhecido como estrutura da população. Continuam a predominar, tanto nos cursos universitários, como nos livros didáticos, as abordagens demográficas descritivas em que se usa, como base de análise as pirâmides etárias e os setores de atividade.

As pirâmides etárias representam *instantâneos* tirados de uma população através dos dados censitários. As alterações, em uma população dada só são sentidas a longo prazo, quando outro recenseamento as registrar (às vezes, nem mesmo assim). Os modelos vão se repetindo nos livros e nas salas de aula, sem qualquer modificação, mesmo que estas venham ocorrendo de forma tão acelerada, como no caso da queda da fecundidade, no Brasil, nas últimas décadas.

Para ROSSINI (1994), será a partir do final deste século que as alterações demográficas ocorrerão de forma mais intensa, quando a pirâmide etária brasileira apresentar os resultados dessa acentuada queda de fecundidade ocorrida a partir da década de 60, demonstrando o processo de envelhecimento que já ocorre. Este envelhecimento mostra as mudanças do padrão reprodutivo que marcam a população brasileira (e eu diria, também mundial) e que redundam em alterações na composição etária. Para esta análise, tem de se levar em conta não somente as variáveis natalidade/fecundidade e mortalidade mas, também, as migrações internas que alteram, profundamente os padrões regionais. Para a mesma autora (op. cit.), “as modificações na estrutura etária devidas às alterações, tanto no comportamento reprodutivo da população, como pela diminuição da mortalidade e pelas migrações internas, acarretam uma série de implicações para o planejamento do social”.

DAMIANI (1991), já demonstra que a composição por sexo e por idades da população, definida pelas pirâmides de idade teria um interesse especial para a Geografia econômica, permitindo inferir dados sobre o potencial produtivo de uma sociedade, sobre a relação entre população em idade ativa e população ativa, grau de dependência (jovens e idosos) com relação à população em idade ativa etc.

A grande maioria dos livros didáticos está longe desta perspectiva, reduzindo o estudo da estrutura etária à mera descrição das pirâmides em seus componentes demográficos, sem qualquer análise econômica, social ou política desses componentes.

Quanto aos setores de atividades (primário, secundário e terciário) as abordagens são, também, bastante tradicionais e deixam de lado transformações que marcam as atuais relações capital/trabalho. Na visão neoclássica, a partir das proporções relativas de cada setor, em termos de população ocupada, seria possível caracterizar o grau de desenvolvimento de cada sociedade.

Trata-se de um modelo apresentado pelo economista Colin Clark, em 1940, e que continua a ser usado (embora bastante criticado) sem a necessária atualização. As mudanças das sociedades e da organização da produção entre os anos 30 e os anos 90, em termos de complexidade e de criação de novos setores produtivos, coloca em cheque tal modelo. Basta lembrar os complexos agroindustriais que abrangem a indústria voltada para a agricultura, a atividade agrícola propriamente dita, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas, a distribuição de produtos gerados nesses complexos, o financiamento, a pesquisa, a tecnologia, a assistência técnica, o marketing e a atuação política em defesa desses complexos. Onde se limitam os setores? Até que ponto atividades típicas do setor terciário (pesquisa, biotecnologia) não são, também, atividades produtivas do setor secundário? Até mesmo as tradicionais delimitações entre o rural e o urbano tornam-se questionáveis a partir da análise da atuação desses complexos.

É preciso, ao se analisar os setores de atividades (se ainda se considerar válida esta abordagem), relativizar esta classificação e desviar o foco para o *trabalho* e para as diferentes *relações entre o capital e o trabalho*.

Para SZMRECSÁNYI e SOUZA (1980), a produção resulta de um conjunto de atividades ao qual se dá o nome de trabalho e que tem um caráter social; o trabalho deve ser analisado através do tempo, para que se possa sentir as suas tendências a longo prazo; as categorias demográficas utilizadas para analisar a oferta e a demanda de força de trabalho só podem ser aceitas como uma primeira aproximação da realidade; tais categorias servem apenas para dimensionar e caracterizar as disponibilidades e necessidades de mão-de-obra. Por isso mesmo, a sua validade conceitual deve ser sempre relativizada.

Com a generalização da chamada terceira revolução industrial (MATTOSO, 1995) e da reestruturação mundial do capitalismo, que se processou a partir das últimas décadas de nosso século, teriam ocorrido algumas transformações fundamentais que dariam novas configurações à importância do trabalho, onde se nota a mudança do paradigma industrial e tecnológico e uma ruptura do compromisso social que beneficiava os trabalhadores. Diz, o autor, que essa ofensiva do capital reestruturado sob dominância do setor financeiro, reverteu o longo período de realinhamento da relação capital/trabalho, relativamente favorável ao segundo, e golpeou o trabalho organizado que, na defensiva, sofre mutações e perde parte de seu poder político, de representação e de conflitualidade.

Segundo o mesmo autor, estas alterações irão afetar o mundo do trabalho, suas relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho.

Assim, desenvolve-se um novo modelo (para alguns nem é novo), superando o fordismo, baseado na flexibilização das relações capital/trabalho (contra a “rigidez” do modelo fordista) e na economia de tempo, na redução dos postos de trabalho e dos tempos de produção e circulação. Nesse novo modelo, a automação e a informatização reduziram tão significativamente os postos de trabalho, que as certamente positivas inovações no campo da flexibilização do trabalho acabam sendo partilhadas por um número cada vez mais reduzido de trabalhadores (PAULA, 1994). Ainda para esse autor, as novas tendências do capitalismo contemporâneo, no que diz respeito ao trabalho, parecem indicar processo crescente de exclusão, enquanto se preservam os novos benefícios da tecnologia para contingentes mais reduzidos de trabalhadores. Parece que se chegou a um novo papel para o trabalho. KURZ (1992) vai mais além, quando diz que... se não há trabalho, não há acúmulo de capital. Se é o trabalho que gera valor (como nos ensina a economia política), ao se eliminar o trabalho, elimina-se o fator básico de reprodução ampliada do capitalismo. Como escreve Roberto Schwarz, ao analisar o livro de Kurz, “pela primeira vez o aumento da produtividade está significando dispensa de trabalhadores, também em números absolutos, ou seja, o capital começa a perder a faculdade de explorar trabalho. A mão-de-obra barata ficou sem relevância e não terá comprador”.

A esta altura, é preciso recordar que a chamada terceira revolução industrial aponta para a globalização da sociedade e da economia global, mas, aponta, tam-

bém, para suas contra-faces: a fragmentação e a exclusão em nível planetário, desenvolvendo três processos simultâneos e interagentes.

O primeiro busca a internacionalização do território e o enfraquecimento da soberania nacional. A generalização das trocas de produtos materiais ou culturais parece aproximar todos os lugares em um processo de globalização geográfica.

O segundo demonstra que a economia multipolar (ou economia dos grandes blocos), as questões ecológicas, a União Européia e o NAFTA, a desunião e os antagonismos entre as repúblicas do bloco ex-soviético, os crescentes confrontos Norte-Sul (como no caso das migrações), se bem que relacionados ao processo de globalização em uma escala, apontam para um processo de fragmentação, reforçado pelas reivindicações etno-regionais que evidenciam, cada uma à sua maneira, identidades coletivas em busca de autonomia.

Um outro processo, interligado aos anteriores, é o de exclusão. A mundialização da economia (ou globalização), ao mesmo tempo que abre caminhos para a unificação de uma parte da humanidade, leva à pobreza a maior parte dos habitantes da Terra. Além dos que são excluídos da cidadania pelo sistema, estão aqueles que são deixados de lado em virtude de suas origens étnicas, além de suas identidades culturais e, até mesmo, de acordo com o sexo. Os povos ocidentais se propõem como paradigma a ser seguido pelo resto da humanidade, num movimento de ocidentalização do mundo.

Para ABREU (1995), “o atual padrão mundial de acumulação e desenvolvimento, assentado no domínio das informações, do saber e das novas tecnologias – e não apenas do capital e do poder de coerção – reduz a oferta de empregos produtivos e reforça as tendências à exclusão de uma parcela cada vez maior de seres humanos das condições e dos frutos do desenvolvimento, agravando o desemprego, a miséria e as diversas formas de alienação. Ao valorizar a competição que favorece o mais poderoso e/ou o mais apto (e nesse sentido revalorizando a desigualdade em detrimento da solidariedade, da justiça e da equidade), a reestruturação em curso vem estimulando novos e velhos preconceitos sociais, religiosos, nacionais, étnicos. Diversas formas de fascismo, racismo, messianismo, chauvinismo proliferam e, no limite, podem levar ao extermínio dos antagonistas e/ou diferentes” (pág. 13).

PAULA (op. cit.), chega mesmo a falar em *Apartheid* planetário em que haveria a concentração, em pequenos bolsões, de riqueza, de emprego, de altas tecnologias, enquanto no outro lado haveria a barbárie, o desemprego, a violência, o tecido social dilacerado e o tecido urbano destruído.

Os excluídos no Brasil – Esse quadro geral, embora contendo outras determinações, define o Brasil contemporâneo. Segundo os dados do último censo, 52,9% da população ganha até 2 salários mínimos; 26,5% ganha entre 2 e 20 salários mínimos; somente 3% ganha acima de 20 salários mínimos. As taxas de analfabetismo mantêm-se em 19,6% e a renda per capita caiu 5,6% entre 1980 e 1990.

Para SAMPAIO (1993), isto caracterizaria o Brasil como uma sociedade de *Apartheid* em que metade da população é de pobres e um terço é de miseráveis. Para

esse autor, tal separação afetaria a construção da nacionalidade e, ao se ampliar a distância entre ricos e pobres, estaria-se, também, bloqueando o desenvolvimento da cidadania; não se construiriam os sentimentos de identidade, igualdade e solidariedade que deveriam ser compartilhados pelos membros da nação, com base no passado (seus heróis e seus mitos). Para ele isto resultaria numa generalizada explosão de ressentimentos e violência.

Ainda para o mesmo autor, o aludido *Apartheid* afetaria, ainda, a retomada do crescimento econômico, já que a pobreza bloquearia os avanços da terceira revolução industrial; o baixo grau de instrução da população dificultaria a difusão das novas tecnologias; a enorme massa de excluídos não favoreceria a ampliação da produção e do consumo; ainda para ele, a exclusão levaria ao desinteresse e à pequena participação dos trabalhadores.

TELLES (1994), chega a falar em esquizofrenia da sociedade brasileira, entre uma sociedade organizada que promete a modernidade e o seu retrato em negativo, da anomia feita de atraso, miséria, violência e criminalidade. Adiante, relembra que a sociedade brasileira carrega uma peculiar experiência histórica, na qual a lei, ao invés de garantir e universalizar direitos, destitui indivíduos de suas prerrogativas de cidadania e produz a fratura entre a figura civil do trabalhador e a do pobre incivil.

Estas considerações põem em cheque tradicionais conceitos com que lida a Geografia da População. Conceitos como: população economicamente ativa; população em idade ativa; mercado de trabalho: emprego; exército industrial de reserva etc, têm de ser revistos e retrabalhados. Hoje em dia, grande parte da população de trabalhadores não constitui reserva da população trabalhadora. Ao contrário, mantém-se distante da possibilidade de algum dia obter um trabalho fixo, com garantias trabalhistas, com condições de fugir do trabalho temporário ou de tempo parcial.

Especialmente, estas transformações têm tido repercussões marcantes. Se o padrão taylorista-fordista apontava para a concentração (como já vimos), o padrão do capitalismo flexível, pós-fordista, aponta para a descentralização espacial das atividades e, até mesmo, da população.

Para TAVARES (1994), estas modificações espaciais teriam, também, a função de reduzir o poder de organização e resistência dos trabalhadores. De acordo com esse autor, a indústria pesada (siderúrgica, automobilística e a têxtil remanescente) entraram em profunda crise em países como os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, levando à decadência econômica e social regiões de industrialização tradicional. Nos EUA, enquanto a região dos Grandes Lagos tem visto o número de empregos se reduzir (apesar de um processo de recuperação parcial, em marcha), a Califórnia transformou-se no estado mais industrializado do país, além de um dos que mais cresce em população. O mesmo pode ser dito dos estados do Sun Belt (cinturão do Sol) que abrange toda a zona periférica do país, e que se estende das Carolinas à Flórida, ao Texas, Arizona, Califórnia.

De acordo com o autor supracitado, é necessário buscar áreas onde o poder de luta dos trabalhadores seja reduzido, onde a organização sindical seja fraca e onde a

legislação seja permissiva em relação às práticas contratuais flexíveis e/ou contrária às tradicionais conquistas dos trabalhadores. Destaca o autor, ainda, a busca de melhor qualidade de vida em áreas aprazíveis e a busca de sítios e parques tecnológicos (os tecnopólos). É importante lembrar que são áreas onde há forte imigração de latino-americanos e asiáticos, muitos clandestinos, o que, de alguma maneira, favorece a exploração de mão-de-obra desqualificada e desprotegida em termos legais.

Em escala nacional tal processo se percebe nitidamente. Rua et alli (1993) relembram que trata-se de um processo contraditório. De um lado, as empresas dispõem trabalhadores através da modernização tecnológica. Por outro lado, mantêm uma mão-de-obra abundante e barata mas não submetida formalmente à responsabilidade da empresa. Assim, parece que o chamado setor secundário (quando se refere às atividades industriais) emprega cada vez menos pessoas, o que ocorre efetivamente, mas não tão intensamente como as estatísticas apresentam. Ocorre, paralelamente à dispensa sumária, uma precarização das relações de trabalho, onde se desenvolve o trabalho temporário, parcial e a domicílio.

Em termos espaciais, também se nota uma certa “desindustrialização” das áreas metropolitanas em detrimento de suas periferias e cidades do interior, ao mesmo tempo que, em nível nacional, continua a predominar um padrão de concentração.

É sempre necessário recordar, como faz PAULA (op. cit.), que o capitalismo ainda é o mesmo, isto é, ainda é uma forma de produção que se baseia na apropriação da natureza, que o espaço e o tempo continuam sendo determinantes importantes no processo de valorização e que, finalmente, o processo de produção capitalista é um processo social que confronta, de um lado, capitalistas e, do outro, trabalhadores. Estes estão fragilizados, mas podem voltar a se organizar.

Mesmo os chamados excluídos do sistema, por quanto tempo o serão? A História está cheia de exemplos de excluídos (cristãos e bárbaros no império romano, por exemplo) que conseguiram transformar as sociedades forjando novas relações e inserindo-se nelas como cidadãos plenos.

A Geografia (e a conquista da cidadania) está em aberto, escrita e re-escrita, contraditoriamente, a muitas mãos, num “script” permanentemente reelaborado. Somente a *solidariedade* planetária, nacional e local poderá transformar a *possibilidade* em *realidade* e diminuir a *incerteza*, levando a uma gestão democrática do espaço onde haja lugar para todos, onde não hajam excluídos.

ABREU, Haroldo (1995). Globalização, Reestruturação e Crise dos Padrões de Regulação Sócio-Estatal. *Proposta*, ano 23, no 64, Rio de Janeiro. FASE.

BADIE, B e WENDEN, Catherine W de (1994). *Le Défi Migratoire*. Paris. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

DAMIANI, Amélia (1991). *População e Geografia*. São Paulo. Contexto.

KURZ, Robert (1993). *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

LATOUCHE, Serge (1994). *A Ocidentalização do Mundo*. Petrópolis. Vozes.

MARTINE, George org. (1993). *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Campinas. Editora UNICAMP.

MATTOSO, Jorge (1995). *A Desordem do Trabalho*. São Paulo. Scritta.

- PAULA, João Antônio de (1994). Economia Política e Ecologia Política. In: LAVINAS L; CARLEIAL L; NABUCO M (org.) *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand.
- PÓVOA-NETO, Helion (1995). Migration and Labour Mobility. In: Contemporary Brazil: New Challenges for Analysis in *The European Geographer*, 9, Lisboa. Associação dos Jovens Geógrafos.
- RAFFESTIN, Claude (1993). *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo. Ática.
- ROSSINI, R E (1994). A população brasileira, trabalhar e sobreviver. *Revista do Departamento de Geografia* nº 7. São Paulo. USP.
- RUA J. WASZKIAVICUS F, TANNURIM R, PÓVOA NETO H (1993). *Para Ensinar Geografia*. Rio de Janeiro. Access.
- SAMPAIO, Plínio Arruda (1993). Panorama e Gravidade da Pobreza. *Tempo e Presença* nº 268, ano 15. Rio de Janeiro. CEDI.
- SANTOS, Milton (1993). A Urbanização Brasileira. São Paulo. HUCITEC.
- SZMRECSÁNYI T; SOUZA G (1980). População, força de trabalho e emprego. In: SANTOS, LEVY, SZMRECSÁNYI (org.) *Dinâmica da População*. São Paulo. T.A. Queiroz.
- TAVARES H M (1994). Produção flexível, seus reflexos sobre o trabalho e o território. *Travessia*, ano VII, no 18. São Paulo. CEM.
- TELLES, Vera (1994). Pobreza e Cidadania: precariedade e condições de vida. In: MARTINS H. e RAMALHO J. R. *Terceirização, diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo. HUCITEC/CEDI-NETS.
- VAINER, Carlos (1996). A Violência como Fator Migratório. *Travessia*, ano IX, no 25. São Paulo. CEM.
- VERHELST, Thierry (1992). *O Direito à Diferença*. Petrópolis. Vozes.

* Professor Assistente nos Departamentos de Geografia da PUC-RIO e da UERJ.